

Experiências de trabalho e percepções sobre a terra no
Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/ MG)

Arnaldo José Zangelmi¹

Izabella F. Oliveira de Sales²

O presente artigo traz reflexões sobre algumas experiências no processo de constituição e desenvolvimento do Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/MG). O Assentamento Aruega surgiu como resultado direto da primeira ocupação fundiária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais, realizada em 1988. Nessa trajetória, Aruega passou por um intenso processo de mobilização social e várias experiências relativas ao trabalho, o que alterou, em parte, as noções dos assentados sobre o papel da terra. Essas experiências propiciam reflexões importantes sobre a ação do MST e a construção de identidades nos assentamentos.

Assentamentos Rurais; Movimentos Sociais; Representações Sociais.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e professor substituto da área de História e Ciências Sociais na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Endereço eletrônico: arnaldozan@yahoo.com.br.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora de História no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/OP). Endereço eletrônico: izabellai-eps@yahoo.com.br

Introdução

A Fazenda Aruega (Novo Cruzeiro/Vale do Jequitinhonha/MG) foi ocupada em 1988 com base em uma mobilização que envolveu comunidades de cerca de dez municípios da região. Essa foi a primeira ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais e resultou em uma forte pressão das autoridades locais e um processo de resistência emblemático para o Movimento no estado. Das cerca de 300 famílias que fizeram a ocupação, apenas 25 foram assentadas no local. Os excedentes se espalharam em outras ocupações levando consigo as experiências construídas em Aruega. Nesse processo, Aruega se tornou um “laboratório” para algumas tentativas de inovação associadas com a ideologia do Movimento.

A primeira parte do artigo traz alguns apontamentos históricos sobre as transformações na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no intuito de contextualizar a base cultural, política e econômica na qual se constituiu a mobilização social que resultou no Assentamento Aruega. Posteriormente, discutem-se as experiências de Aruega no que se refere à organização do trabalho e às diferentes percepções sobre o papel da terra. Por fim, fazem-se as considerações finais numa tentativa de interpretar a natureza dessas experiências e suas consequências para o entendimento sobre as ações do MST e sobre a vida e identidade nos assentamentos.

Apontamentos históricos sobre os Vales do Jequitinhonha e Mucuri

No final do século XVIII, a produção de ouro e diamantes diminuiu drasticamente em quase toda Minas Gerais, em paralelo com uma série de movimentos migratórios. No início do século XIX, em face de novas possibilidades, acentua-se o deslocamento da população do Vale do Araçuaí em direção à mata, ainda quase inexplorada. Como salienta

Ribeiro (1996), eram terras fartas, férteis, sem dono e com índios a serem “preados”.

Por estes motivos – lavoura, lavoura e índios –, os moradores do Alto Jequitinhonha começaram a enfrentar a mata do Baixo Jequitinhonha e do Mucuri, num movimento migratório e povoador que durou mais de um século. Esta caminhada para a mata marcou toda a história dos dois rios (p. 18).

A maior parte desses aventureiros não tinha muitas posses. Eram jovens que foram excluídos na partilha e no desgaste das terras ou libertos do cativoiro. Esses posseiros viveram na fartura por, pelo menos, um século. Quando a terra se esgotava, andavam novamente em busca de terras férteis (RIBEIRO, 1996).

No final do século XIX chegam à mata, em número crescente, baianos e mineiros do norte. Com o aumento da população, ao longo do tempo, as terras sem dono foram desaparecendo, mas a migração continuava, pois a possibilidade de agregação nas fazendas era certa.

Os fazendeiros ocuparam a terra da mesma forma que esses posseiros miúdos, com as mesmas terras e produtos, sempre se movendo em busca da fertilidade de novas terras. A diferença é que usavam o trabalho alheio, tinham um domínio mais estável e abrangiam uma área mais vasta. Nesse contexto, a documentação legal não tinha importância.

Para que se entenda bem as relações existentes nessa época é preciso ter em mente que “a avaliação de terra por dinheiro é recente” (p. 20). Nessa região a terra tinha um preço muito baixo e, muitas vezes, era de quem a quisesse. Os negócios eram feitos mais com base em trocas por mantimentos, outras terras etc. A terra garantia fartura, talvez poder, prestígio e serviço alheio, mas raramente valia dinheiro.

As fazendas eram cheias de moradores: os agregados, que tinham liberdade para plantar e criar. O direito do fazendeiro não impedia que outro usasse a mesma terra. “O uso não feria o domínio” (p. 21). Cada um explorava livremente elementos diferentes da fazenda. No entanto, “era um domínio com mando e um uso com obediência” (p. 22). Não era ape-

nas um negócio, mas sim uma relação de poder bem mais intensa e complexa.

As fazendas não eram especializadas como atualmente. Eram policultoras e autônomas, pois produziam e extraíam quase tudo que consumiam. Era um modelo extrativista, que liquidava a natureza e que não exigia muito trabalho na condução da produção (RIBEIRO, 1996)

Os fazendeiros eram “heróis protetores”, que exigiam, doavam e eram por todos respeitados. Eram chefes políticos, com um poder localizado e pessoal, que misturavam sua vida pública e privada.

Apesar de baseadas nesses termos, essas relações não estiveram livres de tensões e conflitos. Muitas vezes o fazendeiro impunha suas normas com força, gerando, assim, desobediência e novas migrações. Outro elemento que levou a migrações foi a crescente insuficiência de terras dos trabalhadores rurais, o que fazia com que a terra “descansasse” pouco e o trabalho ficasse mais árduo. Por esses motivos, por quase um século, houve uma corrente de migrações miúdas no nordeste de Minas e essas pessoas, “a partir de 60 e 70, buscaram fronteiras urbanas em São Paulo, ou a fartura em outras matas, no Norte do país” (p. 29).

Nessa mesma época, esse modelo começa a desaparecer no Mucuri e Baixo Jequitinhonha. A violência se propaga por vários motivos. A entrada de madeireiros, grileiros e aventureiros modifica a vida na região, aumentando as tensões. O estado e a iniciativa privada começam a promover uma crescente e violenta concentração fundiária. A expulsão e morte de trabalhadores rurais e posseiros tornam-se frequentes na região. Como retrata Ferreira Neto (2003, p. 14), “a implementação de grandes projetos agropecuários, com o apoio do poder público, nos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, e no norte do estado, ampliava o número de conflitos por terra”.

Começa a desaparecer a agregação, a fartura, a relação de obediência e proteção entre fazendeiro e morador. “Seu fim está relacionado ao esgotamento da natureza, ao mercado nacional de trabalho e à formação de um mercado de terras” (RIBEIRO, 1996, p. 33). A terra torna-se mercadoria e cada vez mais cara. Rompe-se o direito consuetudinário de uso das terras. Os fazendeiros “limpam” os agregados da terra para poder vendê-las. O mercado suprimiu o costume do uso comum da terra.

As relações de poder na região modificam-se. Esse processo “converteu, suavemente, um controle pessoal baseado na tradição num controle econômico baseado (...) no dinheiro” (p. 35). Essa mudança ignorou e suprimiu os direitos dos agregados, excluídos do mundo tradicional e sem possibilidades de se integrarem dignamente no mundo moderno.

O resultado foi a propriedade rural integrada ao mercado e especializada, que emprega pouquíssima gente, excluindo os trabalhadores de seu contexto tradicional e/ou redimensionando sua relações num plano desfavorável às suas demandas. Restou também, entre os antigos moradores, uma relação com o passado saudosista ao extremo, que considera todo o antigo como bom, no qual só se encontram maravilhas. Um anseio por uma “comunidade rural” frente à “solidão da sociedade moderna”. Como afirma Ribeiro, “a lembrança da fazenda ornada de gente, da casa de sede regida pelo poder e governo do fazendeiro, ainda é o frescor da memória dos antigos agregados e de quem viveu neste sistema, em seu esplendor” (p. 37).

O que veio depois foi “a saída da terra, o desagregado, ficar solto em um mundo de regras desconhecidas (...). O mundo não se rege mais por condições claras como na fazenda” (p. 37). No entanto, esse processo não se deu sem resistência, como o autor demonstra ao analisar a manutenção de antigos laços pessoais e o persistente respeito pela antiga fazenda e pelo fazendeiro.

Nos anos 1980, o mercado de trabalho nas grandes cidades começa a se fechar e o sentimento de exclusão aumenta ainda mais. Toda essa situação provocou profunda desesperança nas organizações coletivas. “Assim, as atitudes coletivas, modernas, revolucionárias e urbanas que são propostas para esses velhos agregados não possuem aos seus olhos qualquer interesse” (p. 39). Essa falta de sentido pode explicar parte dos problemas enfrentados na região por mediadores dos movimentos sociais. Segundo esse autor, “por isso os movimentos sindicais, populares e políticos debatem-se na angústia de não saber como substituir aquela velha ordem sem colocar novos mandonismos, mais modernos, em seu lugar. É uma herança pesada da velha fazenda”. (p. 40)

No entanto, conforme a velha ordem se distancia, intensificam-se os conflitos pela terra, mas sempre com resistências em relação a alguns aspectos da modernidade.

Quando os conflitos pela terra foram se tornando mais frequentes no correr dos últimos anos, isto não ocorreu somente porque a sociedade se abriu, também porque a velha ordem desabou. Pouca coisa ficou para colocar no seu lugar, a não ser sua lembrança, resistente ao esforço de construir uma cidadania (p. 40).

Nos anos 1990, as manifestações de poder do fazendeiro estão profundamente transformadas. O poder pessoal do fazendeiro raramente se apoia em concessões em relação à terra. A política municipal ganha cada vez mais universalidade e passa a depender mais da política geral, dos recursos que vêm do Governo Central. As redes de lealdade pessoal, apesar de existirem, são outras, organizadas em novos termos:

Do ponto de vista do ex-agregado, o poder deixou de estar no fazendeiro e foi passando para o vereador, a prefeitura, o padre, o sindicato, o pastor, a justiça. Tornou-se poder mais público, mais impessoal, mais coletivo e ao mesmo tempo mais distante. Ficou também um poder menor, mais frágil, esparramado por toda a sociedade, diferente daquela centralização do mando da fazenda. (...) E acabaram sendo criadas novas relações de patronato e clientelismo, que na maior parte das vezes imitam fracamente aquelas antigas. As pessoas ficaram mais sós, mas nem por isso mais cidadãos (p. 40).

É nesse contexto que mediadores³ do MST, juntamente com sindicalistas e comunidades católicas, começaram a expor suas ideias e organizar as comunidades locais para a ocupação. Numa região marcada pela ausência em relação ao antigo papel do fazendeiro, mercantilização crescente da terra e anseio popular pela comunidade perdida, iniciou-se uma empreitada desconhecida para quase a totalidade da população rural de Minas Gerais.

O MST, trazendo suas experiências construídas no Sul do país⁴, via essa oportunidade como um passo a mais para a construção de uma nova sociedade, cujo espaço de assentamento era um “embrião” privilegiado. Os assentamentos rurais, principalmente os decorrentes de mobilização social, se apresentavam para o Movimento como espaços privilegiados de construção de experiências inovadoras em vários âmbitos: nas práticas econômicas, como nas relações de trabalho e na nova percepção sobre a propriedade privada; na cultura política, como nas tentativas de criação de novos mecanismos de decisão; na sociabilidade, no que se refere às novas formas de criação e manutenção dos laços comunitários; enfim, na possível construção de novas representações sobre a realidade e novas identidades. Sendo assim, o grande desafio era, além da conquista da terra, propiciar aos trabalhadores rurais experiências que os levassem a repensar e rearticular suas práticas e visões de mundo, projeto esse intimamente ligado à ideologia do MST, que via na socialização

³ Considera-se *mediação* a ação interventiva de atores sociais especializados, que promovem a interação entre *universos de significação* com base numa pré-estruturação simbólica do principal grupo que os orienta. Esses mediadores sistematizam demandas e fazem uma *bricolagem*, articulando fragmentos de significados de vários contextos. Representam e ligam projetos políticos diversos, com ideias diversas de *desenvolvimento social*, baseadas em tipos de sociedades almejadas. Nesse processo, os mediadores desencadeiam a negociação/integração entre perspectivas de mundo, que transformam os grupos envolvidos nesse processo interativo. Sem deixar de lado a existência de relações de poder, essa visão considera que os mediados são também ativos nesse processo, reordenando os objetivos de acordo com suas expectativas e estratégias, ou seja, a ação dos mediadores recebe influências tanto das instituições/grupos que representam quanto da população que pretendem transformar (NEVES, 2008).

⁴ Refere-se aos mediadores do MST que vieram do Rio Grande do Sul com o intuito de expandir suas práticas por outros estados, entre eles Minas Gerais. Segundo Navarro (2002), entre os anos de 1986 e 1993 o MST assume um papel de maior confrontação, representado pelo lema “ocupar, resistir, produzir”. Assim, o Movimento se afasta da Igreja e tem aumento nos resultados práticos nas ocupações, se expandindo pelo país e alargando suas demandas para outros temas.

dos meios de produção a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa.

Experiências de trabalho: do “junto” ao “separado”

O trabalho com a terra em Aruega começou imediatamente após a chegada das pessoas, no começo todos juntos, em mutirão. Num segundo momento, dividiu-se o trabalho em 11 grupos, cada um responsável por uma área. Plantavam feijão, milho, mandioca etc. Essas alterações demonstram que, apesar do impulso coletivista inicialmente dado pelo MST, a organização para o trabalho não teve um modelo rígido, variando de acordo com as próprias demandas dos assentados, como demonstra o depoimento abaixo:

No princípio (...) nós trabaiô num só grupo, todo mundo num grupo só. Fez uma roça de lá a lá, de lá no mangueiro meu lá embaxo até lá em cima onde tem uma fábrica de pinga, um alambique. Isso aqui era horta aqui todinho. Então era todo mundo junto. Depois viu que não dava certo e dividiu em 11 grupo. Depois, desses 11 grupo nós criô um só grupo coletivo, com 32 pessoa da família. Não deu certo tamém. Hoje, graças a Deus, nós num trabaia junto mais não, cada um com a famia dele.⁵

Com a evasão de muitas famílias do trabalho coletivo e a saída de excedentes, passou-se a formar novamente um só grupo. No entanto, o trabalho coletivo foi diminuindo cada vez mais, até que, nos dias de hoje, só existe o trabalho familiar⁶. Hoje essa opção pelo “trabalho individual” é quase uma unanimidade em Aruega, restando poucos assentados que aceitariam a volta ao modelo coletivo.

⁵ Entrevista cedida por EV, 53 anos, assentada, no dia 6 de julho de 2005.

⁶ Refere-se, nesse contexto, ao trabalho separado entre famílias nucleares, em áreas específicas para cada uma, e com independência na produção e comercialização de produtos agrícolas variados.

A tentativa de implantar o trabalho coletivo é um dos pontos fundamentais da mediação do MST. Nesse sentido, através da coletivização dos meios de produção, o Movimento pretende gerar novas formas de sociabilidade e solidariedade, o que poderia propiciar um ambiente mais igualitário, como explicou Fernandes (1998).

Sendo assim, naturalmente essas alterações não ocorreram livres de alguma tensão e necessidade de justificativas claras e comprovadas na prática. Em Aruega, nesses 20 anos de vivência, os assentados consideram que suas tentativas em relação ao trabalho coletivo foram suficientes para demonstrar que o “trabalho separado” é a melhor opção. Os motivos apontados, todos relacionados entre si, são vários: baixo rendimento, exploração de uns sobre os outros, diferença de costumes e expectativas etc.

O trabalho individual rende mais, segundo depoimentos, porque trabalhando apenas para si as pessoas se dedicam mais e têm uma noção mais clara e direta da relação entre o trabalho e os resultados. EV enfatiza a melhora na renda após a mudança:

Mas quando a gente foi vê, não tava dano renda. O coletivo não tava dano renda porque era muita gente...Aí pensô de cada um fazê o dele, assim, separado, né. Cada um pegá um pedaço de terra e vai trabaiá. (...) Porque naquele coletivo não tinha renda nenhuma não.⁷

No caso da exploração, os assentados justificam que, quando o trabalho “mistura”, uns acabam se acomodando e trabalhando menos, vivendo à custa dos outros, pois torna-se difícil identificar o quanto cada um está trabalhando. Como diz CV, um “escora” no outro e o prejuízo é geral:

Porque no coletivo não dá uma renda assim suficiente, não dá. Pra dividi com todo mundo não sobra nada. E o trabaiô...uns puxa mais, otros puxa menos e não desenvolve igual a própria pessoa fazê pra ele. Um escora

⁷ Entrevista cedida por EV, 53 anos, assentada, no dia 6 de julho de 2005.

no outro, escora no outro, fica naquela anarquia. Aí o sujeito entra. (...) É sim. Aí não... E o prejuízo entra em todos que tá no coletivo. Depois que o coletivo dividiu, todo mundo tem 100% a mais.⁸

A diferença de costumes, habilidades e expectativas seria uma grande dificuldade para se padronizar os ritmos do trabalho. Uns trabalham mais rápido e têm maiores resultados na produção, enquanto outros vão mais devagar e tornam o sistema “irracional” para fins de “melhora de vida” substancial, de “mais conforto”, ou seja, de “mudança de padrão de vida”. Alguns preferem trabalhar menos e mais lentamente, por várias razões: doença, falta de costume, ou mesmo comodismo, entendido por muitos como “falta de respeito” e “exploração”. Essa é uma postura racional para a expectativa de sobrevivência mais imediata, ou seja, para ir “levando a vida” sem maiores ambições. Essas diferenças, segundo depoimentos, agravariam os problemas anteriormente colocados, como salienta JR:

Num dá certo não porque cada uma pessoa tem um sistema. Minha família tem um jeito, a sua outro, a do outro tem outro. Isso não dá certo não. Aí fica mandano, fica como se fosse mandano na família do outro, não dá certo não. E porque, muitas veis, eu viajo dois ou treis dias na semana. Aí eu chego, com um dia [deles], que eu vô no serviço, acontece que eu faço o serviço que dobra o serviço do pessoal que tava naquele grupo. Porque fica naquele "Ah, é de grupo, é de nós tudo memo" E aí fica escorano no outro⁹

Outro ponto que foi salientado, com menos frequência, foi a questão da aquisição de máquinas. Na produção agrícola, a possibilidade de aquisição de máquinas requer um empreendimento coletivo, pois o custo é elevado em relação ao poder aquisitivo dos assentados. Tinha-se a ex-

⁸ Entrevista cedida por CV, 62 anos, assentado, liderança, no dia 8 de julho de 2005.

⁹ Entrevista cedida por JR, 63 anos, assentado, liderança, em 14 de julho de 2005.

pectativa de que isso poderia ser um incentivo à permanência do trabalho em grupo. No entanto, o terreno acidentado dificulta o uso dessas máquinas, tirando seu potencial agregador e contribuindo, em parte, para a fragmentação.

Muitas dessas questões foram abordadas por Mancur Olson (1999), em sua teoria sobre os grupos, embora, como demonstraremos a seguir, essa teoria não tenha limites em relação à abordagem de nosso caso específico. Esse autor discute o objetivo das organizações com fins econômicos, chegando a afirmativa de que praticamente todas têm como objetivo principal promover interesses comuns de seus membros. Ele nega, assim, que a sensação de pertencimento ao grupo seja o motivo principal pelo qual as pessoas se organizam, colocando os interesses individuais e racionais em primeiro plano.

Olson demonstra que, quando não organizados, indivíduos, empresas etc. agem de acordo com seus próprios interesses, mas prejudicando os interesses coletivos e, conseqüentemente, a si mesmos indiretamente. A competitividade do mercado é um bom exemplo disso. Quando não organizadas, empresas, procurando vender e produzir cada vez mais, podem gerar uma queda nos preços que prejudica todo o setor. Ele pretende demonstrar que interesses individuais e coletivos podem ser contraditórios.

O principal argumento de Olson, que contribui no entendimento da operacionalização dos tais interesses, refere-se à constatação de que apenas os grupos pequenos estão dentro da lógica da racionalidade individual, não precisando de meios externos de coerção, pois os grandes podem se tornar desvantajosos e pouco atrativos para uma ação em conjunto.

Assim, para ele, quanto maior for o grupo menor serão as vantagens que motivarão o indivíduo a encontrar formas de agir em nome do bem comum. Nos grupos maiores é muito difícil “vigiar” se todos os integrantes estão contribuindo, pois essa contribuição é quase imperceptível dentre tantos membros. Nesse raciocínio, torna-se irracional, do ponto de vista individual, a ação para o bem comum. A lógica é a seguinte: Para que agir em nome do bem comum se ninguém vai perceber se isto está, ou não, sendo feito e também se sabemos que nada impedirá que os outros membros também o façam? Nesse

panorama, grupos grandes dão menos ganhos aos seus membros e maiores custos de organização. Ou seja, quanto maior o grupo menos interesses comuns ele promove.

Se a lógica individual não é suficiente para fazer a pessoa entrar e se manter no grupo, por que isso acontece, como no estado, por exemplo? Nesse ponto é que entram a coerção, o uso da força e leis que garantem a obrigatoriedade.

Segundo Olson, não adianta, como fazem as teorias tradicionais, querer transferir as características dos pequenos grupos para os grandes, pois o número de integrantes é a própria essência que os difere.

Esses elementos levam à conclusão de que há uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva. Também levam a crer que a democracia sempre vai ser dominada por pequenos grupos (elites), bem mais organizados.

É possível que a opção pelo trabalho familiar em Aruega fique mais clara com base nessas reflexões. No entanto, alguns pontos ainda precisam ser mais aprofundados. Ao que tudo indica, não está claro na obra de Olson (1999) qual o papel que os valores, as representações e a simbologia em comum têm nesse processo. Seriam esses elementos também coerções externas? Em caso positivo, seriam elas realmente externas? Talvez sejam externas a essa racionalidade individual (e instrumental) que ele está diagnosticando, porém presentes no indivíduo de forma inconsciente ou não explícita. Ao contrário da opção de Olson pela racionalidade individual, os valores tradicionais dos trabalhadores rurais podem ajudar na explicação para sua opção pelo trabalho familiar.

Outro ponto importante é que a lógica do argumento de Olson, de que as pessoas fazem escolhas racionais de acordo com interesses conscientes no âmbito econômico, separa essa esfera das outras estruturas da vida. A religião, a família, a amizade (como o próprio Olson salientou) são partes nas quais o pensamento racional penetra com sérias reservas.

Pode-se, contudo, questionar se essa separação entre esferas mais racionalizadas e menos racionalizadas é correta e pode esclarecer satisfatoriamente a vida política dos assentados. O econômico, o político, o social, o religioso etc. estão tão essencialmente integrados (POLANYI,

2000) que dificilmente podemos averiguar os principais motivos da adesão ao grupo, isto até nos grupos que, aparentemente, se constituíram com fins econômicos.

Ao que parece, a análise de Olson tem um caráter conjuntural e não universal como pretende. Ela retrata uma racionalidade instrumental que talvez tenha se desenvolvido em alguns âmbitos na modernidade, mas que, até hoje, encontra fortes limites na vida social. Os elementos tradicionais, com laços sociais mais fortes, com maior coesão de valores e costumes, certamente escapam da análise de Olson. Também escapa a questão da possível formação de uma ética (APEL, 1992), que não seja coerção, mas sim embasada, interiormente, em uma reflexividade e crítica social, com forte noção de todo.

Apesar da opção atual pelo trabalho familiar, percebe-se que as experiências coletivistas na ocupação e subsequente organização do Assentamento, em paralelo com a discussão ideológica trazida pelo Movimento, forneceram instrumentos para que os assentados rearticulassem suas perspectivas sobre a propriedade privada – no caso central, sobre a terra. Essa tendência destoa do argumento instrumental de Olson, caminhando no sentido de uma racionalidade coletiva mais ampla, ética e reflexiva.

O papel da terra

Chamou a atenção, desde o princípio da pesquisa, a variação entre os assentados na forma como concebiam o valor da terra. Existem concepções historicamente distintas: a terra enquanto *mercadoria* e a terra enquanto *bem social*. Na identidade social do MST existe uma ênfase na terra enquanto um bem social, gerador de distribuição de renda, igualdade social, sendo própria para aqueles que nela trabalham. Essa concepção choca-se com a noção de terra enquanto propriedade privada, mercadoria, posse garantida legalmente e que pode ter uma função similar a outros produtos comercializáveis (MEDEIROS, 2002).

Nos depoimentos dos mais jovens, a presença da terra enquanto mercadoria é mais forte, o que sugere uma diferença entre as gerações. Essa

postura ganha um caráter mais amplo e explícito no grupo de jovens do Assentamento, que deixa claro seu afastamento do MST e sua tentativa de “*renascer*”, ou seja, criar algo diferente, uma postura que não está livre de tensões:

Você acha que o grupo de jovens é importante pro Movimento?

Olha [tensão]... prá dizê que num é importante, a gente num pode nem... nem falá. Eu acho que tudo que vem da comunidade é importante. Só que... a gente num vem teno... aquela aquele apoio do próprio MST. Isso porque... o grupo também ele tá... o próprio nome do grupo já diz: “Renascer”. Já vai renasceno a um ano e meio atrás, então... tá meio difícil. Mas eu acredito... com certeza vai ajudá muito e com certeza vai ajudá no que precisá.¹⁰

Vários assentados mais antigos ressaltaram que “os jovens não querem se organizar”¹¹, que eles “não querem continuar a luta”¹². Muitos desses jovens, quando questionados por que não entraram em novas ocupações de terra, salientam que “não vale a pena”¹³, não é interessante se arriscar por terras de pouco valor monetário. Sendo assim, suas expectativas direcionam-se no sentido da busca pelo trabalho urbano, pelo estudo e pela função de comerciante. Apesar de muitos deles valorizarem a busca por um ambiente comunitário mais coeso e sólido, não relacionam, principalmente, essa busca com a terra enquanto *bem social*.

É importante registrar também que em nenhum momento teve-se indícios de que qualquer assentado comercializou ou pretendeu comercializar sua terra. Todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que em Aruega nunca houve transação de terras.

¹⁰ Entrevista cedida por FB, 22 anos, assentado, em 7 de julho de 2005.

¹¹ Conversa informal com MA, assentada, em 28 de outubro de 2006.

¹² Conversa informal com LD, assentada, em 29 de outubro de 2006.

¹³ Conversa informal com DA, 20 anos, assentado, em 30 de outubro de 2006.

Também é interessante analisar casos de ruptura com o MST, como o de JR. Esse assentado dá indícios de uma visão mercadológica:

E hoje não há mais necessidade pra isso porque hoje tem o Banco da Terra aí que já tá contribuindo, fazendo acampamento, né. Tem várias outra entidade, né (...) Nós num tinha outra saída. Nós num intindia nem existia outra saída. Agora hoje já existe essa saída. Não há necessidade de ficá ocupano terra do jeito que nós ocupô mais não, porque já tem outras via que... a pessoa não corrê risco de vida e ocupação de terra é risco de vida, é violência. Ocupação de terra ela não é Reforma Agrária não, ela é violência. Ela é violência no campo. (...). Bom, o MST ele briga pra acontecê a Reforma Agrária mais é com violência. Se falá na Reforma Agrária feita pelo Banco da Terra ou pelo Governo eles num acredita. Eles qué fazê na violência. A gente não pode ficá tentano passá por cima de tudo de qualquer maneira não porque cai do cavalo. É qui nem, se nós não respeitá o direito do otro tamém, nós sabe qui nós tá errado, né. Então a paz vai saí daquele meio. Então eu num acho que esse método tá certo não.¹⁴

Quando JR relata que “ocupação é violência”, que o melhor é o “Banco da Terra” e que “se nós não respeitá o direito do otro tamém, nós sabe qui nós tá errado”, visão que se repete em outras passagens, ele dá indícios de estar mais próximo da noção de terra como *mercadoria*. Não se pode afirmar se o desligamento do MST levou-o a se apropriar dessa noção mercadológica ou vice-versa, mas a ligação entre o rompimento com o Movimento e essa concepção acerca da terra é bem clara.

No entanto, para a maioria dos mais antigos – mais próximos da lógica do MST, dirigentes ou não, que viveram o processo de ocupação e organização com mais intensidade e clareza – a terra se constitui como um *bem social*, um direito daqueles que nela queiram e precisem trabalhar:

¹⁴ Entrevista cedida por JR, 63 anos, ex-liderança, assentado, em 14 de julho de 2005.

Eu acho que é o que tá sendo feito, né, precisa de tá mesmo ocupando essas terra improdutiva... Não só as improdutiva, as produtiva também que tá desocupada. E vamos, no dia a dia trabalhamos e colocamos o povo pra ocupar mesmo essas terra. Porque enquanto tivo na garra do patrão, ou só vivo hoje tem emprego, amanhã não tem, então nada muda não. Eu acho que só vai mudar mesmo quando todo mundo tiver um emprego, todo mundo tiver um terra, quem gosta de trabalhar na terra, né. E eu acho que com o tempo precisa dá um basta nisso, nessa desigualdade que tá aí.¹⁵

Para uma melhor compreensão das questões tratadas até aqui, construiu-se um quadro que tenta traçar as principais concepções de alguns assentados em relação ao trabalho e à terra, relacionando-as com a maior ou menor proximidade dessas pessoas com a mobilização e organização do MST e com suas idades. Note-se que, na complexidade da realidade, não se pode caracterizar os assentados dentro de apenas uma concepção, pois esses elementos se sobrepõem em inúmeras intersecções, ou seja, todos apresentam um pouco de cada concepção. No entanto, para fins analíticos, optou-se por caracterizar somente as principais tendências de concepções dos assentados, ou seja, prevalece o que foi percebido. Dividiu-se o trabalho em *familiar* e *coletivo* e as concepções sobre a terra foram divididas em *bem social* e *mercadoria*. No caso de MA e EV essas concepções se misturam com tal força que não se pôde identificar sua concepção principal.

Entrevistado	Idade	Proximidade com MST	Opção de trabalho	Concepção sobre a terra
LV	50 ou mais	Maior	Coletivo	B.social
CV	62	Maior	Familiar	B.social
RO	21	Maior	Familiar	B.social
NT	52	Maior	Coletivo	B.social
NC	47	Maior	Familiar	B.social

¹⁵ Entrevista cedida por NT, 52 anos, assentado, em 12 de julho de 2005.

IL	46	Maior	Familiar	B.social
GE	50 ou mais	Maior	Familiar	B.social
JR	63	Oposição	Familiar	Mercad.
FB	22	Menor	Familiar	Mercad.
DA	20	Menor	Familiar	Mercad.
LD	50 ou mais	Menor	Familiar	Mercad.
MA	30 ou mais	Menor	Familiar	-----
EV	53	Menor	Familiar	-----

Esse quadro ajuda a perceber que a opção pelo trabalho familiar praticamente se generalizou, porém os poucos que optariam pelo coletivo têm maior proximidade com o MST. Quanto às concepções sobre o papel da terra, a proximidade com o MST vai mais claramente ao encontro da noção de terra como bem social.

Considerações finais

Aruega surge num contexto marcado pelo saudosismo em relação à *comunidade perdida*. Porém, a ação dos mediadores foi suficiente para propiciar experiências extremamente inovadoras, típicas da modernidade, que abriram um maior leque de opções para os trabalhadores rurais.

Com o passar do tempo, a conquista da terra e o afastamento dos mediadores, os assentados passam a rearticular suas práticas em razão de demandas específicas, alguns mantendo parte dos ideais construídos junto ao Movimento, outros reatando seus laços com a lógica tradicional ou tendendo para a lógica de mercado.

Apesar da fragmentação do trabalho, as experiências coletivistas levaram os assentados a pensar na terra como *bem social*, para além de uma simples mercadoria, que tem, assim, um efeito agregador e gerador de justiça social.

O trabalho separado não significa, nesse contexto, a opção pelo modelo mercadológico, o apreço pela terra enquanto propriedade privada pura e

simples, e sim a busca por formas de organização do trabalho mais viáveis diante da desigualdade de expectativas e costumes. A ideia de que a terra é um bem para a coletividade do Assentamento prevalece, porém as formas de organização consideradas mais aptas para fazer esse bem variam entre os diferentes grupos dentro do Assentamento.

A ação do MST, mais do que impor uma prática exterior às demandas dos assentados, serviu para abrir novos canais de reflexão, possibilidades de conduta e visões de mundo, permanecendo como uma fonte de influência opcional para os assentados. Parte dos assentados manteve e reforçou sua ligação com essa influência, outra parte se articulou em direção a outros atores na região e outras ideologias.

Diante dessas reflexões, interessa questionar os argumentos conservadores que atribuem ao trabalho de mediação dos movimentos sociais um teor desagregador, impositivo, exógeno, que poderia comprometer a possibilidade dos camponeses em construir um projeto coletivo autônomo. Pelo que se percebe aqui, diferentemente, o MST forneceu instrumentos para que os trabalhadores rurais decidissem de forma autônoma. Instrumentos esses que possibilitaram, inclusive, a volta ou criação de práticas que destoam da ideologia do Movimento.

Referências

- APEL, K.-O. A necessidade, a aparente dificuldade e a efetiva possibilidade de uma macroética planetária da (para a) humanidade. In: *Revista de Comunicação e Linguagem*. 42333/90. Lisboa: Ed. Cosmos, 1992.
- CARVALHO, H. M. de. A emancipação no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, M. da G. *Lutas e conquistas de camponeses sem terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega*. (Dissertação) Lavras: UFLA, 2000.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.
- _____. Gênese e desenvolvimento do MST. *Cadernos de Formação* - nº 30. São Paulo: MST, 1998.

FERREIRA NETO, J. A. *Assentamentos rurais: organização, mobilização e imaginário social*. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003.

GRAZIANO da SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: IE, 1996.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Ed. USP, 2004.

MEDEIROS, L. S. de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção Brasil Urgente)

_____. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIRISD e Editora UFRRJ, 2002.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W. *Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

NAVARRO, Z. *Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

OLSON Jr., Mancur. *A lógica da ação coletiva: bens públicos e a teoria dos grupos*. São Paulo: Edusp, 1999.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC. 1992.

RIBEIRO, E. M (Org). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFS, 1996.

Artigo recebido para publicação em:

08 de abril de 2009.

Artigo aceito para publicação em:

15 de junho de 2009.

Como citar este artigo:

ZANGELMI, A. J.; SALES, I. F. O. de. Experiências de trabalho e percepções sobre a terra no Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/ MG). **Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 54-73, jan./jun. 2009.